

Agente Fiscal

**SINDIFISCO
NACIONAL**
DELEGACIA SINDICAL
DO RIO DE JANEIRO

Ano III - Edição Especial nº 1
Junho de 2012

Rua Debret, 23, salas 711/712 - Centro - CEP 20.030-080 - Rio de Janeiro/RJ
Rua da Quitanda, 30 - 11º andar - Centro - CEP: 20011-030 - Rio de Janeiro/RJ



“A Receita Federal é a Aduana”

DS/Rio debate possível desvinculação da Aduana do âmbito da Receita Federal

A proposta de desvinculação da Aduana da estrutura da Secretaria de Receita Federal é a mais nova fonte de preocupação dos Auditores-Fiscais brasileiros. Embora o Governo ainda não tenha formalizado projeto nesse sentido, entrevistas concedidas à grande imprensa pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, sinalizam uma possível migração do setor aduaneiro, historicamente vinculado ao Ministério da Fazenda, para sua pasta.

Atenta às fortes mudanças estruturais que tal proposta irá provocar – além de descaracterizar a Aduana como órgão fiscalizador do Estado –, a Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional (DS/Rio) decidiu ampliar o debate dentro da categoria. Para tal, no dia 30 de maio, promoveu a palestra “A Receita Federal e a Aduana”, proferida pelo Auditor-Fiscal Dão Real Pereira dos Santos, especialista no tema.

O local escolhido foi o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão/Tom Jobim (Airj), principal porta de acesso ao país e uma das unidades aduaneiras que melhores resultados produz, nos últimos anos. A relevância do tema reuniu Auditores-Fiscais de todas as áreas, que compartilham com os colegas aduaneiros a preocupação com o futuro do setor.

Destacando o papel da Aduana como órgão típico de Estado, destinado a proteger a sociedade e o interesse público – ao contrário dos órgãos de fomento, que cuidam de interesses de setores específicos –, Dão Real lembrou que a tendência mundial é fortalecer a área alfandegária. Isso já acontece em 151 países, visando integrar informações de natureza fiscal, com foco em tributos. Portanto, transformar nossa Aduana em mero instrumento a serviço de atividades comerciais seria um retrocesso, com graves perdas para a sociedade.

“A atividade aduaneira é essencial, e não residual, da Receita Federal. Precisamos de uma Aduana integral e eficiente. Não interessa à sociedade ter uma Aduana que seja mera executora de ordens emanadas de interesses políticos”, afirmou o palestrante.

Sugerindo que o título da palestra fosse alterado para “A Receita Federal é a Aduana”, Dão Real frisou que o desempenho do setor se aprimorou de forma acentuada, nos últimos cinco anos.

Graças à nova forma de atuação, a Aduana brasileira tem revelado grandes fraudes internacionais, desmontado esquemas de contrabando e realizado seguidas apreensões.

“A pergunta que nos cabe fazer é: qual Aduana pretendem retirar da Receita Federal? Será que não querem retirar exatamente porque nossa Aduana é forte?”, questionou.

O conteúdo da palestra está disponível no site da DS/RJ (www.sindifisconacional-rj.org.br) – link <http://youtu.be/Ym8ttS7yvJQ>.
Leia, também, na página 4 desta edição, entrevista com o Auditor Dão Real.

Editorial

A possível desvinculação da Aduana da Secretaria de Receita Federal já vem assumindo, nos últimos meses, posição destacada no rol de questões que preocupam a categoria.

O desconhecimento do teor da proposta estimula as especulações. Da mesma forma, o fato de ter surgido num momento em que o setor aduaneiro nacional produz excelentes resultados para o País. Afinal, por que desvincular da Receita Federal um órgão fiscalizador e controlador? E por que desvirtuar sua missão, transferindo-o para um setor de fomento?

Ampliar o debate sobre o tema, formular questionamentos, avançar um passo além da simples especulação e, se possível, traçar diagnóstico sobre os propósitos por trás dessa proposta. Esses foram os motivos que levaram a Delegacia Sindical do Rio de Janeiro a tratar oficialmente do assunto, através de um seminário que reuniu Auditores-Fiscais e seus Administradores para análise de uma conjuntura.

Em meio às discussões, amparadas por informações e dados trazidos pelo palestrante e demais convidados, ficou evidente o receio de uma descaracterização do papel da Aduana brasileira. Tornou-se claro, ainda, que essa possível desvinculação nada teria a ver com um mau desempenho. Ao contrário, nossa Aduana tem cumprido suas atribuições com eficiência e eficácia.

Os Auditores-Fiscais presentes estão convencidos de que qualquer proposta visando reduzir a função da Aduana – notadamente, para atender a interesses comerciais e/ou políticos – deve ser denunciada. Portanto, esperam que o Sindicato Nacional exerça essa prerrogativa, como órgão de representação. Que disponibilize com urgência o material do Seminário Aduaneiro de Belém e amplifique nossos questionamentos – junto à categoria e às esferas de poder em que a proposta de desvinculação vem sendo formatada.

DS/ES diz que Aduana defende soberania nacional



Como aduaneiro, qual a sua impressão sobre o assunto?

Adriano Lima Correa – O assunto já ressurgiu em outros momentos. Mas, no início deste ano, ganhou mais força na proposta do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. Ele defende que a aduana atual, pelo volume de exportações dos últimos anos, possui uma estrutura aquém de sua importância, dentro da Fazenda. Até hoje, o que nos deu certa tranquilidade foi o Artigo 237, da Constituição – que diz que o comércio exterior, as atividades de comércio exterior e a defesa dos interesses nacionais ligados ao comércio exterior, ficam subordinados ao Ministério da Fazenda. Isso foi uma conquista importante dos Auditores, da Receita, da Aduana, lá na época da Constituinte. Agora, o fator preocupante é que, segundo parece, a proposta não retira a Aduana da estrutura da Fazenda, mas sim, da Receita Federal. Ficariam dois órgãos paralelos, dentro do guarda-chuva da Fazenda.

Qual o sentido de haver dois órgãos paralelos?

Adriano – Essa é nossa grande preocupação. A proposta não tem sentido se não se enxergar a medida como sendo uma preparação para, mais à frente, com as condições políticas adequadas, fazer-se a mudança de fundo – que é retirar a Aduana da estrutura do Ministério da Fazenda e levá-la para o do Desenvolvimento. Este é um debate que deve ser travado com muita maturidade, pela categoria. Temos que estar prepara-

dos para sabermos enfrentar essa adversidade.

A categoria já está se manifestando?

Adriano – A notícia tem causado grande aborrecimento, não só nos aduaneiros como nos colegas da área de tributos internos. Mas, sobretudo para os aduaneiros, que são os principais interessados e não desejam essa desvinculação. A própria direção da Receita Federal tem se manifestado contrária, desde que as notícias se avolumaram.

Em termos funcionais e econômicos haverá perda nessa separação?

Adriano – É uma medida de consequências imprevisíveis. O argumento usado pelos defensores da desvinculação é que decuplicou o movimento do comércio exterior e a Aduana não teria acompanhado, em termos de recursos humanos, investimentos, etc. Creio que esse é um discurso de quem não conhece a realidade interna. Nossa Aduana é uma das mais avançadas do mundo. Desenvolveu o Siscomex, que é um sistema todo eletrônico. Não só a fiscalização aduaneira busca todas as informações, como os próprios intervenientes de comércio exterior interagem no sistema, inserem todas as informações, enfim. Nossa fiscalização aduaneira tem um contingente pouco adequado, mas essa é uma demanda histórica, que pode ser resolvida por vontade política e pelo fortalecimento da Aduana.

Como ficariam as atribuições da Aduana?

Adriano – O principal objetivo da Aduana é a defesa da soberania nacional, do emprego nacional, da indústria nacional. Ou seja, as características extrafiscais do comércio exterior. Caso esse órgão estratégico seja deslocado, ficará muito mais suscetível às pressões do poder econômico para a regulação das alíquotas do comércio exterior e até às pressões externas. Não podemos perder esse ponto de vista – a Aduana está a serviço da soberania nacional. E o melhor local para desempenhar sua função é onde ela está, historicamente: junto com a Receita Federal.

Expediente: O Agente Fiscal é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Presidente: João Luiz Teixeira de Abreu. Vice-Presidente: Antônio Henrique Azevedo da Cunha. Secretário-Geral: Robson Guedes Lassarot. Diretor de Finanças: Luiz Gustavo Pereira Regadas. Diretora-Adjunta de Finanças: Sonia Maria Binda Campos Pereira. Diretora de Administração: Patrícia de Araújo Magalhães. Diretora de Assuntos Jurídicos: Bety Gutnik Nisenbaum. Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos: Leila Souza de B. Signorelli de Andrade. Diretor de Defesa Profissional: Luciano de Moraes Rebouças. Diretor de Comunicação: Luiz Roberto Bicalho Domingos. Diretora de Assuntos de Aposentados: Maria Gláudia Ferrer Mamede. Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados: Sonia Maria Cunha dos Santos. Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares: Paulo Torres de Carvalho Barbosa. Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social: William Brígido Costa. Diretora de Atividades Socioculturais: Maria Alice Sant'Anna Wiltshire. Diretores Suplentes: Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Rosângela Dutra Weck e Célia Satiyo Seto. Conselho Fiscal: Aelio dos Santos Filho, Lenine Alcantara Moreira, Marilene de Oliveira Maron. Jornalista Responsável/Redação: Sônia d'Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ). Diagramação: Francine Hellmann. Fotos: Sônia d'Azevedo. Endereços da DS/RJ: Rua Debret, 23 – Sl.s. 401/405 – Centro – CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800 / Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30 – 11º andar – Centro – CEP 20011-030 – Fone: (21) 2507-6063. E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br Site: WWW.sindifisconacional-rj.org.br Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Administração da 7ª Região Fiscal prestigia palestra

A palestra “A Receita Federal e a Aduana” foi prestigiada pela Superintendência e Administradores da área Aduaneira da 7ª Região Fiscal, que compuseram a Mesa de Abertura do evento e ressaltaram a importância da iniciativa da DS/Rio de Janeiro. Os presidentes da DS/Rio de Janeiro, João Abreu, e da DS/Espírito Santo, Adriano Lima Correa, completaram a Mesa do evento.

Além da presença, os Administradores da 7ª RF demonstraram que a expectativa em relação aos destinos de nossa Aduana acompanha suas atividades cotidianas, aspecto que está expresso nos depoimentos a seguir.



“Considero oportuna e relevante a organização de seminário sobre este tema, que está preocupando os servidores de maneira geral. A discussão teve excelente nível técnico. Os colegas trazidos possuem enorme experiência no

trabalho na área aduaneira e dentro da Receita Federal. As questões colocadas foram importantíssimas para nossa reflexão” Auditora-Fiscal **Eliana Pólo Pereira** – Superintendente Regional da Receita Federal da 7ª RF



“Minha experiência à frente de uma unidade aduaneira tem cerca de um ano e meio. Meu trabalho anterior foi na DRF de Nova Iguaçu, onde estive por quase nove anos, que possui um viés aduaneiro bem menor, logicamente. Nessa época, um dos fatores que mais desenvolveu o funcionamento daquela unidade foi exatamente a integração de informações. Havia integração imediata entre tributos internos e comércio exterior. Tivemos ganhos muito grandes. Posteriormente, em 2007, a partir da fusão com a Previdência, pudemos olhar o contribuinte como um todo – parte tributária, previdenciária e aduaneira. E os ganhos foram enormes. Na minha visão, a desvinculação da Aduana da Secretaria de Receita Federal é totalmente contrária ao que se busca. É contrária ao próprio marco institucional do órgão, porque um de seus objetivos é ter a visão do contribuinte como um todo. O que a gente questiona e ouve é sobre o porquê de outras aduanas, no mundo, terem esse mesmo perfil. Certamente, nos Estados Unidos e Canadá, a atribuição tem muito mais a ver com o combate ao terrorismo. Por isso, em 2001, foi feita a separação. Mas, esse não é o nosso caso. Nosso viés é fiscal, tributário, controle aduaneiro. Usar o argumento de que poderia melhorar o comércio exterior também não me parece apropriado. Basta

incentivar e dar meios ao crescimento da questão aduaneira. Por exemplo, no Aeroporto do Rio de Janeiro temos hoje 110 fiscais. Há um ano e meio, tínhamos 140. O Galeão é o aeroporto que mais cresce no País. Mas não vemos conscientização da importância desse crescimento, nem o aporte de recursos humanos e estruturais, como deveria acontecer, em função do próprio crescimento da Alfândega, que é um reflexo do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. A ideia deveria ser contrária à desvinculação, ou seja, reforçar a Aduana e conservar esse olhar macro do contribuinte” Auditor-Fiscal **Cláudio Rodrigues Ribeiro** – Inspetor-Chefe da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Galeão/Tom Jobim (Airj)



“O assunto provoca tensão em todos os setores da Receita Federal. Considero excelente a iniciativa de promover o debate, trazendo como palestrante um colega que é especialista no tema”. Auditor-Fiscal **Jorge Henrique Barbosa** – Inspetor de IRF/RJO



“O debate foi bastante oportuno. É importante que toda a categoria se una para defender a estrutura atual da Aduana, uma vez que esse projeto de desvinculação não interessa à sociedade brasileira. Hoje, dentro da Receita Federal, a Aduana atua de forma efetiva no combate a fraudes, a crimes ambientais, lavagem de dinheiro. Percebemos também que as grandes operações da Polícia Federal estão vinculadas à área aduaneira. Ainda não entendemos os reais motivos dessa possível desvinculação. A Aduana

de hoje, dentro da Receita Federal, está muito eficiente em seu trabalho. E é isso que a sociedade quer”. Auditor-Fiscal **Paulo Roberto Ximenes Pedrosa** – Chefe da Divisão de Administração Aduaneira (DIANA)



“Muito importante a atitude do Sindicato de chamar as pessoas para discutir essa questão da Aduana dentro da Receita ou fora da Receita Federal. Considero importante a manutenção da Aduana na Receita

Federal não pela questão de preservar empregos ou pelo fato de ir para outro Ministério. A questão é maior, pois passa pela necessidade de vermos o que é melhor para o País. Eu penso, e este é um sentimento geral, que a Aduana, dentro da Receita, pode prestar um serviço melhor ao Brasil. Por isso, sou a favor de que continue onde está”. Auditor-Fiscal **Alexandre Miguel** – Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Itaguaí



“É importantíssimo estarmos juntos – nós, da Administração, participando junto com o Sindicato dessa luta que é de todos. Parabéns ao Sindicato pela iniciativa de trazer luz a essa questão que atinge a todos, tanto pessoalmente, como cidadãos, e como servidores públicos de carreira. Este assunto precisa ser muito discutido, principalmente o que não está sendo falado e pode estar influenciando, de alguma forma, as decisões tomadas nos gabinetes fechados, em Brasília”. Auditor-Fiscal **Fernando Fernandes Fraguas** – Inspetor Substituto da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro



Entrevista com o Auditor-fiscal Dão Real Pereira dos Santos

Qual a sua avaliação sobre a proposta de retirar a Aduana brasileira do âmbito da Receita?

Dão Real – O mais estranho é que a gente não conhece o teor da proposta. O que conhecemos é a partir da imprensa e da manifestação do Ministro do Desenvolvimento. Ainda não houve qualquer manifestação oficial do Governo e nem mesmo da Receita Federal. A Receita Federal é a Aduana do Brasil. Então, se discute um novo formato para a Aduana e esta não é consultada? Se há uma proposta, deveríamos estar envolvidos no processo de discussão. Que Aduana é essa que se pensa em construir? E por que é preciso esconder essa construção da Aduana? Isso é algo muito sério. De outro lado, não é de hoje que existe todo um movimento para adequar a atividade aduaneira aos interesses dos intervenientes no comércio internacional.

Com que propósito?

Dão Real – Há determinados setores que entendem e interpretam que a atividade aduaneira, a administração e o controle aduaneiro, são parte de um processo de comércio e de uma logística internacional. Em relação a esse tema, nós, do Sindicato dos Auditores-Fiscais – esta é também a minha posição pessoal, há muito tempo defendida –, entendemos que não pode ser assim. Aduana é uma instituição de Estado a serviço da sociedade brasileira e que tem por objeto o controle do comércio internacional. Não tem por objetivo o comércio internacional. Moldar a Aduana a partir da visão de que seu objetivo é fomentar ou auxiliar ou atuar em favor de uma atividade sobre a qual deveria exercer controle, desvirtua a concepção, o objetivo e a missão da Aduana.

Como é o desempenho atual de nossa Aduana?

Dão Real – Nos últimos anos, a Aduana vem se afastando um pouco do viés de facilitação de comércio e se preocupando mais com questões de organização social, de proteção ao meio ambiente, à saúde pública, à segurança. Ou seja, de exercer efetivamente um controle pró-sociedade brasileira. E é justamente nesse momento que aparece um movimento, capitaneado pelo ministro do Desenvolvimento, de buscar a Aduana de volta, para que seja um instrumento a favor das relações do ambiente de negócios. E o ministro não esconde isso. Nas entrevistas, sempre coloca que a motivação está relacionada justamente com a competitividade das empresas nacionais ou com a defesa da produção nacional. A Aduana nunca deixou de lado as questões de competitividade, de não interferência além do necessário. Mas, o ministro coloca somente nesses termos. Ninguém sabe qual o teor da suposta Medida Provisória [para desvincular a Aduana da Secretaria de Receita Federal]. Não sabemos se está sendo engendrada uma Aduana que seja efetivamente da cadeia logística do setor de comércio internacional.

Quais as consequências dessa mudança de foco?

Dão Real – Isso traz um risco muito grande para a sociedade. Uma série de outros controles que não estão relacionados exclusivamente com a questão

de comércio – mas com saúde, segurança e muitas outras questões – seria posta de lado, para haver a preocupação apenas com a questão de competitividade, da melhoria de condições de negócios para as indústrias nacionais, importadores e exportadores.



É possível que essa “nova” Aduana se torne quase uma agência reguladora?

Dão Real – Se não me engano, o próprio ministro falou em agência, nas entrevistas. Sobre como, em alguns países “que têm suas agências separadas”, algo assim. Na “agencialização” do controle do Estado, quando não se tem uma agência com muita força, a tendência é que a agência seja capturada por quem ela tem que fiscalizar. As agências acabam ficando meio reféns dos interesses econômicos que elas deveriam controlar. Tentamos fazer um diagnóstico do motivo desse movimento. Parece que incomoda essa questão de exercício de controle aduaneiro como atividade de Estado. Porque é uma atividade de Estado, exercida por uma autoridade de Estado que não se submete ao poder político, ao poder econômico. E que está ali para defender a aplicação da lei. Isso parece incomodar a determinados setores e segmentos, porque eles não têm a agilidade que gostariam de um cartório, de uma agência na fronteira.

Mas a quem pode interessar a redução do controle aduaneiro?

Dão Real – Por exemplo, determinado setor acha que, em determinado momento – e faz a pressão setorial, que é legítima, junto aos órgãos de governo –, seria necessário barrar um tipo de importação. Mas ele não consegue fazer com que isso tenha impacto imediato, porque envolve mudança de lei, de concepção. E o ministro não consegue interferir diretamente na atividade da fiscalização de fronteira, pois não é algo em que o poder seja transferido automaticamente do ministro para a autoridade, ou por decreto. Isso incomoda e é colocado, de certa forma, pelas agências do setor privado, pelos empresários do comércio internacional, por várias instituições que representam os operadores do comércio internacional e, também, pelo pessoal da logística. Eles reclamam muito da falta de agilidade para fazer com que interesses do setor privado sejam atendidos rapidamente. Mas, atender a esses interesses rapidamente significa dois aspectos: um, para barrar aquilo que é indesejado; e outro, para facilitar a entrada daquilo que eles precisam. Então, veem a máquina pública como não sen-

do ágil o suficiente para atender àquele desejo que eles têm. E nem pode ser assim, porque a máquina pública tem que levar em conta a lei. E a lei que teria que ser modificada.

Como seria, na prática, essa redução de controle?

Dão Real – Parece que tais aspectos induzem a uma proposta de retirar dessa atividade de controle de zona primária – não atividade tributária, de fiscalização –, aquele controle de mercadoria do fluxo internacional, que se exerce em tempo real, retirar desse controle a natureza de atividade de Estado. E colocar nesse controle uma natureza de birô ou cartório de controle. Ou seja, cartório que pegue o papel, verifique se os dados estão corretos e, se estiverem corretos, não interferir no fluxo. Portanto, não se exerce uma atividade de Estado naquele momento. Dessa forma, seria possível postergar ou antecipar a atividade de Estado. Por exemplo: a Receita Federal ou os órgãos de controle de Vigilância Sanitária poderiam exercer seu papel de órgãos de Estado antes da operação ou após a operação, mas nunca durante – porque, durante a operação, causaria custos desnecessários para aqueles segmentos. Mas, isso vai na contramão da tendência internacional, que é de exercer controles anteriores e posteriores, sem deixar de exercer controle na zona primária e de colocar o controle em zona primária como atividade de Estado. Os outros até poderiam ser de zona secundária, fazendo-se análise de risco anterior e análise a posteriori do que passou. Mas, desde que o controle de presença física, na fronteira, seja efetivamente um controle de atividade de Estado.

Esse controle diminuirá, se a Aduana for para o âmbito do Ministério do Desenvolvimento?

Dão Real – É um ministério muito mais suscetível aos interesses do setor econômico. E seria quase uma exceção internacional. Hoje, mais de 150 países têm suas Aduanas em ministérios de Finanças ou da Fazenda. Em outros, [a Aduana] está no ministério da Justiça e Segurança. Então, a concepção de tirar de um nível maior de controle – envolvendo segurança nacional, Justiça, Fazenda – e indo lá para o órgão de fomento do Desenvolvimento, é uma proposta que precisa ser muito bem pensada em termos de interesse público, de interesse da sociedade, da proteção da biodiversidade, da proteção ambiental.

Em termos práticos, como a redução de controle aduaneiro pode afetar a sociedade?

Dão Real – O evento mais claro é recente. Em maio, a Aduana de Itajaí apreendeu 20 toneladas de lixo hospitalar vindo da Espanha. No ano passado, a apreensão foi no Porto de Suape, em Recife. Em 2009, no Porto de Santos, foram apreendidos 41 contêineres de lixo tóxico oriundo da Inglaterra. Lixo! Esse tipo de controle que a Aduana faz não chega a ser muito relevante para o setor industrial. Mas, para a sociedade, para os cidadãos, é essencial. Se a Aduana deixar de fazer isso, quem irá fazer?